

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A PERSPECTIVA DA INSERÇÃO DOS AGRICULTORES TRADICIONAIS SERGIPANOS NO MODELO

Gleidineides Teles dos Santos *

INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se analisar a perspectiva de inserção dos agricultores familiares tradicionais sergipanos no modelo de desenvolvimento sustentável.

Essa preocupação tem raízes em estudiosos que desafiavam o desenvolvimento do capitalismo no campo, e apresentavam “ações de desenvolvimento” alternativas, contrárias ao marxismo, considerados precursores do desenvolvimento sustentável.

A escolha pelos agricultores familiares tradicionais se deu em função do debate acerca do reconhecimento da insustentabilidade econômica, social e ambiental do modelo de desenvolvimento e, fundamentalmente, da proposição do novo paradigma produtivo, que percebe a agricultura familiar como alternativa ecologicamente correta, socialmente justa, adaptável e viável economicamente. Nesse sentido, buscamos compreender as características sociais e econômicas desses agricultores, suas práticas produtivas e as formas de apropriação dos recursos, na perspectiva da relação sociedade — natureza.

No bojo dessa discussão, constata-se que a análise da História Econômica de Sergipe evidencia que as práticas agrícolas primitivas foram as ações, de uma maneira geral que mais contribuíram para a degradação do meio ambiente natural. As novas tecnologias, especialmente da modernização, embora tendo sido intensificadas somente nas últimas décadas, por seu caráter excludente e concentrador de terras e capital, também têm produzido efeitos perversos sociais e ecológicos. Tais efeitos têm se refletido, sobretudo, na agricultura familiar.

* Bióloga, Mestre em Geografia, Especialista em Impactos Ambientais, Coordenadora das equipes revisoras dos Estudos de Impactos Ambientais na Administração Estadual do Meio Ambiente.

A unidade espacial do estudo foi o Estado de Sergipe. A definição das áreas a serem pesquisadas partiu da orientação histórico-geográfica da agricultura sergipana e dos estudos envolvendo o setor campesino, já desenvolvidos no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Tomou-se como pressuposto, ainda, que tais áreas representavam o agricultor familiar tradicional definido a partir dos seguintes critérios.

1. viver em alto grau de dependência com a natureza, constituindo seu “modo de vida” e desenvolvendo seu sistema agrícola a partir dessa interação e das características ambientais;
2. desenvolver sistemas agrícolas que, por serem preponderantemente dependentes das características do meio, tendem a sobreviver por muitas gerações;
3. ter a unidade familiar como o centro da produção, alocação e consumo de recursos;
4. manter relações de parentescos e compadrio que influenciam a família e, através desta, as atividades econômicas, sociais e culturais;
5. ocupar espaço (território) bem definido, onde o grupo social se reproduz economicamente e socialmente por várias gerações;
6. executar atividades de subsistência que são importantes, sem prejuízo de relações com o mercado;
7. utilizar tecnologias relativamente simples e, de um modo geral, de impacto limitado sobre o ambiente;
8. possuir fraco poder político, persistindo a importância dos mitos associados aos recursos naturais.

Os locais de pesquisa foram empiricamente distribuídos nos seguintes municípios:

Área 1 Pirambu, General Maynard e Santo Amaro das Brotas;

Área 2. Lagarto, Boquim, Riachão do Dantas, Pedrinhas, Salgado, Cristinápolis, Itabaianinha e Arauá;

Área 3 Itabaiana, Laranjeiras, Moita Bonita e Malhador;

Área 4. Carira;

Área 5 Poço Verde e Simão Dias;

Área 6. Nossa Senhora da Glória, Feira Nova, Itabi, Cumbe, Aquidabã, Graccho Cardoso e Nossa Senhora das Dores;

Área 7. Porto da Folha, Poço Redondo e Canindé de São Francisco.

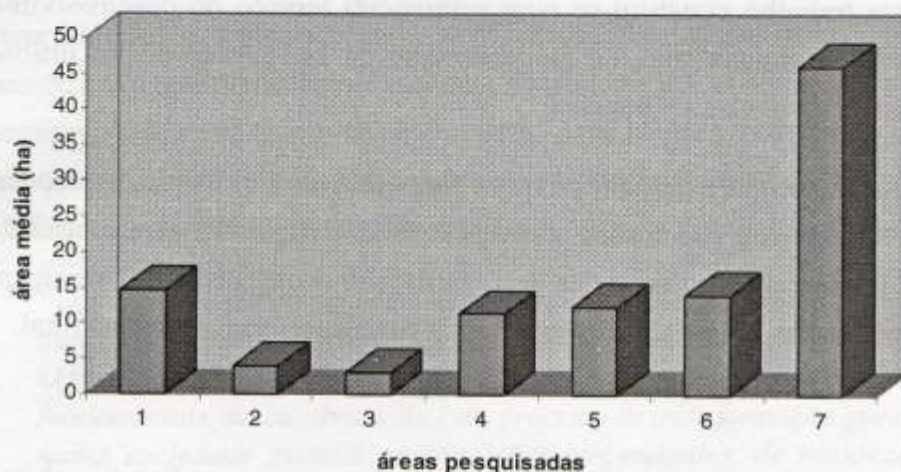
O instrumento básico de coleta de dados foi um questionário, aplicado a cada chefe da unidade de produção. Foram aplicados, no total, 146 questionários, sendo 25 descartados porque os agricultores não se enquadravam nos critérios previamente estabelecidos, portanto, para análise utilizou-se 121. Esses agricultores situam-se em Lagarto, Boquim e Itabaiana, áreas de agricultura tecnificada e intensificada, respectivamente. O quantitativo de questionários aplicados por área foi orientado na busca de uma melhor representatividade desses chefes, guiado pelas diferenciações existentes. Assim, áreas como Carira, onde predomina a pecuária e, Pirambu, Santo Amaro das Brotas e General Maynard, onde se destaca a cultura do coco-da-baía, a diferenciação é menor que nas demais áreas estudadas. O Quadro 01 indica os locais pesquisados, os questionários aplicados e utilizados por localidade e por município, enquanto a Figura 01 mostra a distribuição espacial e identificação destas localidades, com a numeração correspondendo aos locais apresentados no referido quadro.

Constatamos que, de um modo geral, a “agricultura familiar tradicional” sergipana é praticada em estabelecimentos de diferentes extratos de áreas. Os menores estabelecimentos nas áreas 3 e 2, predominam a horticultura e citricultura, respectivamente. A Figura 02 mostra a área média dos estabelecimentos pesquisados por área estudada.

Quadro 01
Sergipe
Localidades pesquisadas
1998

No.	Localidade	Questionários aplicados	Município
1	Aguilhadas	3	Pirambu
2	Pedro Gonçalves	3	General Maynard
3	Mão Luzia	2	Santo Amaro das Brotas
4	Sítio Almiscar	1	Santo Amaro das Brotas
5	Zabelê	2	Cristinápolis
6	Guarajá	1	Cristinápolis
7	Jardim	3	Itabaianinha
8	Patioba	3	Itabaianinha
9	Sucupira	3	Araúá
10	Areias de Bendó	1	Pedribhas
11	João Pinto	2	Pedribhas
12	Campestre	2	Riachão do Dantas
13	Vivaldo	1	Riachão do Dantas
14	Batata	3	Salgado
15	São Bento	1	Salgado
16	Bom Jesus	3	Laranjeiras
17	Taboa	1	Malhador
18	Adique	3	Malhador
19	Fazenda Santo Izidoro	3	Malhador
20	Cova da Onça	3	Moita Bonita
21	Descoberto	3	Carira
22	Vila Altos Verdes	3	Carira
23	Cotia de Cima	1	Carira
24	Purga	1	Carira
25	São Pedro	1	Carira
26	São José	6	Poço Verde
27	Cacimba Nova	5	Poço Verde
28	Aroeira	5	Simão Dias
29	Pastinho	1	Simão Dias
30	Saco Grande	2	Simão Dias
31	Cumbe	3	Simão Dias
32	Areial	3	Simão Dias
33	Taboca	1	Simão Dias
34	Sucupira	3	Nossa Senhora das Dores/Cumbe
35	Ponto Chique	3	Graccho Cardoso/Aquidabã
36	Cajueiro	3	Graccho Cardoso
37	Mata	3	Itabi
38	Umbuzeiro	3	Feira Nova
39	Baixa Limpa	1	Nossa Senhora da Glória
40	São Clemente	2	Nossa Senhora da Glória
41	Algodoeiro	3	Nossa Senhora da Glória
42	Lagoa Redonda	3	Porto da Folha
43	Poço Redondo	3	Poço Redondo
44	Sítio Cruz do Homem	3	Poço Redondo
45	Sítios Novos	3	Poço Redondo
46	Curituba	3	Canindé de São Francisco
47	Capim Grosso	3	Canindé de São Francisco
48	Nova Vida	3	Canindé de São Francisco

Figura 02
Sergipe
Área média dos estabelecimentos pesquisados
1997



FONTE. Pesquisa de campo, dez,1997

A fonte básica das informações quantitativas foram os questionários aplicados aos chefes das unidades familiares. Considerando que o quantitativo dos questionários aplicados não representa uma amostra estatística dos agricultores familiares sergipanos, as informações aqui trabalhadas referem-se, na sua maioria, aos percentuais dos casos amostrados.

O processo de interpretação dos dados e a análise das informações obtidas de fontes primárias e secundárias realizaram-se na perspectiva teórica da avaliação ambiental das práticas agrícolas tradicionais.

Importa lembrar que este estudo é parte de uma investigação mais ampla denominada "A Agricultura Familiar Tradicional em Sergipe: uma análise ambiental das práticas e da perspectiva de sua inserção no modelo de desenvolvimento sustentável" (Dissertação de Mestrado - UFS/NPGEO), onde se trata da relação entre a atividade agrícola e o meio ambiente, numa abordagem relativa às questões da ocupação e utilização dos solos sergipanos a partir desta atividade, e de forma de

apropriação dos recursos naturais, das condições do ambiente e dos agricultores tradicionais a partir destas práticas, e por fim, a perspectiva da inserção destes agricultores na proposta do modelo de desenvolvimento sustentável. Assim, a primeira parte deste trabalho constitui-se num referencial teórico do desenvolvimento sustentável, a segunda trata da modernização da agricultura e, por último os camponeses tradicionais sergipanos.

Assumindo que a presente pesquisa apresenta enormes limitações, esperamos que seus resultados e conclusões motivem críticas e sugestões para a inserção da variável ambiental nas discussões da organização do espaço rural sergipano e, fundamentalmente, na proposição de ações de desenvolvimento humano rural.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A META PARA O PRÓXIMO SÉCULO.

Conceituar desenvolvimento é tarefa bastante complexa, visto que esse tema pode ser abordado a partir de múltiplos aspectos. Segundo KHAN,

"O termo desenvolvimento é de difícil compreensão, em parte porque as pessoas examinam realidades idênticas a partir de muitas perspectivas diferentes" (1988.37).

Verifica-se, ainda, que em outros casos de realidades diferentes as pessoas tentam acomodar e interpretar o desenvolvimento a partir dos pressupostos pré-estabelecidos para outras realidades. Para esse autor, ainda,

"Qualquer discussão séria sobre desenvolvimento deve necessariamente incluir em sua agenda a evolução histórica através da qual caminharam as nações até chegarem ao presente estágio" (1988.37).

Essa evolução histórica passa, necessariamente, pela apropriação dos bens da natureza pelo Homem, que se respaldava, de acordo com CARAVANTES (1988), em pressupostos que enfatizavam o Homem como agente de transformação; os recursos naturais como bens inesgotáveis; o crescimento como processo contínuo e nenhuma preocupação com a degradação e esgotamento das reservas naturais, decorrentes de suas práticas. Para esse autor, esses pressupostos construíram o modelo de

desenvolvimento que se encontra em discussão na atualidade, cujas estratégias, denominadas por ele de “convencionais”, têm como metas: “a maximização de consumo de materiais; as altas taxas de crescimento econômico e a presunção de benefícios advindos da tecnologia” Assim, esse modelo de desenvolvimento, no decorrer dos tempos, tem se mostrado frágil, uma vez que os recursos são finitos, já se considerando a possibilidade de escassez. O crescimento econômico contínuo não é extensivo a todos e há agravamento da saúde e bem-estar humano pela poluição gerada. Nesse contexto, KHAN chama a atenção para a perspectiva na qual se deve considerar o significado de desenvolvimento. Segundo ele,

“O desenvolvimento só pode ser entendido como um processo coletivo no qual as preocupações e interesses de toda a população são levados em conta. O fruto do desenvolvimento é equitativamente partilhado por todos. Em termos fundamentais, desenvolvimento é um processo de transformação que tem lugar numa sociedade quando as condições circundantes, de natureza social, política, econômica e cultural, são favoráveis a tal transformação”(1988:40).

Verifica-se que as críticas a esse modelo de desenvolvimento advêm, principalmente, das altas taxas de produtividade e crescente polarização social e regional. Constatam-se que as questões relativas à capacidade de adaptação tecnológica, os problemas sociais e a degradação ambiental apenas subordinam-se à lógica do sistema e vêm confirmando a necessidade de mudança do paradigma produtivo. Importa lembrar que o marco significativo para tais inquietações foi o lançamento do livro “Primavera Silenciosa,” da jornalista Rachel Carson, em 1962, que se tornou um clássico na história do movimento ambientalista mundial. A partir de então iniciava-se um movimento que objetivava reverenciar as coisas vivas e questionar os estilos de desenvolvimento. Nessa busca de diferentes estilos de desenvolvimento, verifica-se que vários modelos foram propostos, cujas características comuns apontavam para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente correto.

O conceito de desenvolvimento sustentável, ou sustentado, surgiu durante os anos 80, segundo SADLER,

“como o principal conceito para a análise das interações das atividades econômicas e o meio ambiente”(1994:25).

Porém, a origem da noção de sustentabilidade está vinculada às raízes históricas do movimento conservacionista, e teve como marcos teóricos a Conferência de Estocolmo (1972) e os Trabalhos do Clube de Roma (1972-1974). A divulgação do termo, a nível mundial, se deu através do documento da União Internacional para a Conservação (IUCN 1980) denominado: Conservação dos Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável. Esse documento tinha como princípios essenciais a importância da manutenção dos sistemas de sustentação da vida, a necessidade de preservar a diversidade genética e a utilização dos recursos naturais de forma sustentável. Contudo, oficialmente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é atribuído ao Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que assim o define:

“é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.”

Segundo SADLER,

“A Comissão conclui que é preciso traçar um novo caminho para o desenvolvimento sustentável. no qual a exploração dos recursos, as diretrizes de investimento, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais sejam consistentes com as necessidades atuais e futuras” (op. cit:27).

Observa-se que o conceito proposto pelo Relatório parece perfeito. Entretanto, como mensurar as “necessidades atuais” de sociedades tão diferentes social, econômica e culturalmente? Não estaríamos tentados a continuar adotando padrões? Segundo GUZMÁN, as alternativas de estilos de desenvolvimento prevêm o estabelecimento de atividades econômicas de natureza ambiental, onde se observam os objetivos ecológicos:

.. “ a realização do potencial de crescimento econômico naqueles locais onde não são satisfeitas as necessidades básicas e, por outro, a promoção de valores que alimentem níveis de consumo que permaneçam dentro dos limites do ecologicamente possível e ao que todos podem desejar de maneira razoável. Para os países desenvolvidos a realização de seu potencial de crescimento sempre que este reflita os conteúdos de sustentabilidade e de não exploração dos demais, de tal forma que assegure a igualdade de oportunidades para todos”(1997:21).

Constata-se que, independente do conceito oficial proposto pelo Relatório Brundtland, há duas correntes conceituais para o desenvolvimento sustentável, além daquelas que o consideram utópico. A primeira, tendo a economia como o ponto central das discussões, e a segunda, que tenta colocar a economia na mesma esfera do social, do ecológico e do cultural.

De acordo com DALY, “o crescimento sustentável é impossível.” Justifica o autor

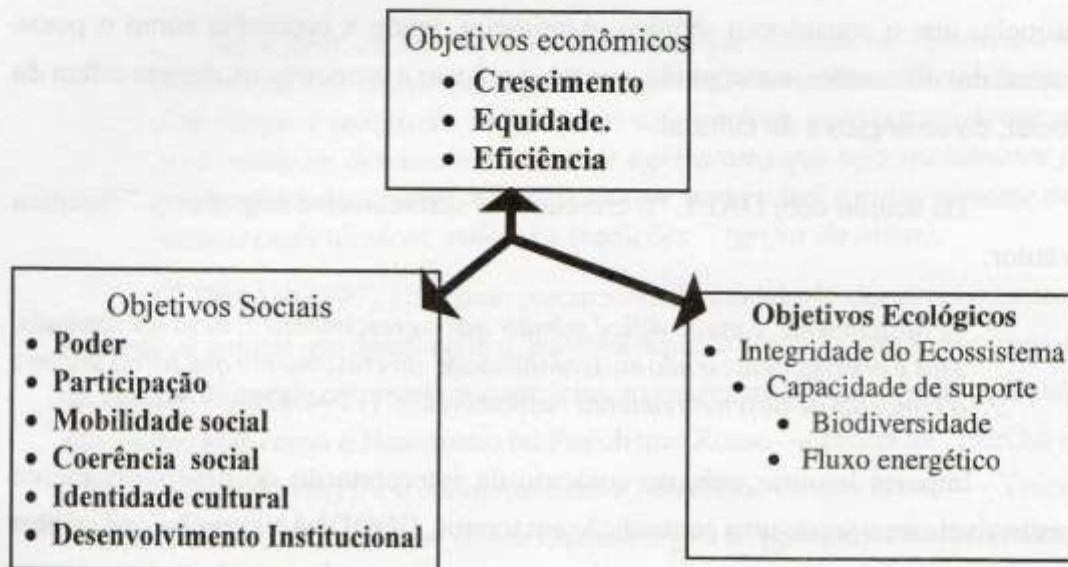
“Politicamente, é muito difícil admitir que o crescimento, deva ser limitado. Mas é precisamente a não sustentabilidade do crescimento que torna urgente o conceito de desenvolvimento sustentável...”(1994:42).

Importa lembrar que, no contexto da interpretação do desenvolvimento sustentável como sendo uma contradição em termos, GOODLAND expõe que crescer é tornar-se quantitativamente maior, enquanto que desenvolver é tornar-se qualitativamente melhor ou, no mínimo, diferente. Mesmo assim, reconhece esse autor que o que se propõe é que os frutos do crescimento sejam utilizados para reduzir os fluxos dos materiais e recuperar o ambiente. Segundo DALY,

“ Desenvolvimento sustentável é uma adaptação cultural levada a efeito pela sociedade à medida que esta se conscientiza da necessidade emergente de não-crescimento. Até mesmo o “crescimento verde” não é sustentável. Existe um limite para uma população de árvores que a terra pode suportar...”(op.cit:42).

Em tese, a teoria do Desenvolvimento Sustentável é conduzida por três grandes objetivos: o econômico, o social e o ecológico. Para GOODLAND ainda, esses três objetivos só são claros quando são mantidos em separado, pois as metas que os definem são medidas qualitativamente diferentes, exigindo metodologias de análises também diferentes. A figura 3 1 demonstra os três objetivos do desenvolvimento sustentável.

Figura 03
Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



FONTE. GOODLAND, R.1994.

De acordo com ESPINOSA,

"A proposta de desenvolvimento sustentável revela uma clara evolução do pensamento sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente... Com o desenvolvimento sustentável não se trata de fazer do crescimento econômico o mais compatível possível com a conservação da natureza, mas em admitir que ambos os objetivos são partes indivisíveis de um mesmo processo"(1993 41).

Assim, constata-se que a divergência a respeito do que deve ser entendido por desenvolvimento sustentável não se caracteriza somente pela complexidade teórica do tema, mas, sobretudo, pelos interesses estratégicos e econômicos a ele associados. Porém, é consenso a necessidade da preservação ambiental e do desenvolvimento humano (qualidade de vida) permeando o processo de desenvolvimento econômico, e tendo como referencial a definição de desenvolvimento sustentável proposta pelo Relatório Brundtland.

As discussões sobre Desenvolvimento Rural Sustentável resultam de críticas ao modelo da agricultura modernizada Para ALMEIDA (1997:43),

.. " defensores de um capitalismo verde, que buscam no desenvolvimento sustentável um resgate da idéia de progresso e crença no avanço tecnológico. Este grupo é integrado pelos atores alternativos, que buscam inventar um novo modo de desenvolvimento e de agricultura que seja socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e culturalmente aceito, recuperando técnicas, valores e tradições. " (grifos do autor).

GUZMÁN(1997), cita como precursores do modelo de desenvolvimento rural sustentável autores que desafiavam o desenvolvimento do capitalismo, propondo ações de desenvolvimento alternativo, contrárias ao marxismo, cujas orientações teóricas são conhecidas como o Narodismo ou Populismo Russo — Teoria da “marcha atrás” (Nicolai Cherskevsky), e o Neopopulismo e Marxismo Heterodoxos — Teoria dos espaços vazios de capitalismo (Rosa Luxemburg) e a Agronomia Social (Alexandre Chayanov), e, ainda, o desenvolvimento histórico multilinear (Teodor Shanin).

Para BICALHO,

“ Nas críticas marxistas, sobressaem as preocupações quanto a crescente polarização social e regional, resultantes da penetração do capitalismo no campo. ”(1995 178).

Além da polarização social, a agricultura modernizadora, segundo EHLERS (1996), contribuiu para a persistência da concentração fundiária, pobreza, exclusão dos produtores familiares, êxodo rural, urbanização crescente e desordenada, e outros. Somaram-se a esses impactos sociais negativos aqueles de ordem ambiental, tais como: “ dilapidação das florestas tropicais e da biodiversidade, erosão e degradação dos solos agrícolas, poluição e esgotamento dos recursos naturais renováveis e dos não-renováveis.” De acordo com ALMEIDA,

“É no entanto na eficiência energética que o modelo “convencional “de agricultura mais apresenta suas fraquezas. A partir dos anos 70 sua elevada demanda por recursos naturais e energéticos, inclusive de fontes não renováveis, passou a chamar a atenção de ambientalistas e pesquisadores.... Os resultados mostraram o enorme custo de energia externa necessária para a produção de determinados produtos”(op. cit:45).

Todos esses impactos negativos contribuíram para o surgimento de propostas de alternativas tecnológicas para minimizar ou neutralizar os efeitos das perturbações sociais, econômicas e ambientais. Para BICALHO, a operacionalização dessa alternativa — desenvolvimento rural sustentável

“deve procurar atender aos conceitos de capacidade, equidade e sustentabilidade”, básicos às novas propostas, alcançando o objetivo máximo, a geração e o suporte de modos de vida sustentáveis” (op. cit:178).

Esses modos de vida sustentáveis deverão, ainda, respeitar a integridade cultural das comunidades rurais, ajustando-se ao modelo por elas estabelecidos. Para SACHS(1993), as mudanças fundamentais para promover o desenvolvimento rural sustentável requerem.

1. envolvimento e participação ativa da população rural a partir do fortalecimento de grupos locais;
2. descentralização, apoiando as oportunidades e a capacidade das comunidades locais;
3. estabelecimento de direitos e deveres em relação à utilização dos recursos naturais;
4. investimentos na reabilitação e conservação dos recursos naturais, visando o aumento da capacidade de suporte dos ecossistemas;
5. orientação de pesquisas e experimentações voltadas para a combinação das tecnologias tradicionais e de ponta, acessíveis aos pequenos produtores.

Assim sendo, e considerando que a necessidade de uma reestruturação do modo de produção, de uma maneira geral, é premente para a economia global, e verificando-se que a produção de grãos em larga escala não elimina a polarização social nem a fome, é mister que se busquem alternativas para o modo de produção, cuja orientação teórica tem se voltado para o aproveitamento do potencial local de cada comunidade. O novo sistema de produção deverá observar as características sócio-econômicas, culturais e políticas de cada grupo.

Segundo SACHS,

“Do modo como estão as coisas, para evitar mais catástrofes sociais e

ecológicas, o Sul não tem outra escolha senão abandonar a solução aparentemente fácil de copiar os modelos do Norte. Ele deve, em vez disso, trilhar o caminho difícil, mas pleno de possibilidades, do desenvolvimento endógeno, consiga se concentrar em soluções que constituam um jogo de soma positiva, conjugando benefícios ambientais, econômicos e sociais, pode até pretender superar os países industrializados. ”(1993 67).

Para NAISBITT (1994),

“ Reengenharia, organizações em rede ou, mais recentemente, a empresa virtual. qualquer que seja a denominação, trata-se do mesmo fenômeno. A economia de escala está dando lugar à economia de escopo. encontrar a quantidade correta de sinergia, flexibilidade de mercado e sobretudo, velocidade”

As previsões econômicas apontam para as economias de divisões operacionais individuais, já bastante defendidas no campo por CHAYANOV, as quais serão responsáveis pelo lucro ou prejuízo. De acordo com SCHUMACHER,

“ Temos de contar com uma revolução na tecnologia que nos dê invenções e máquinas capazes de inverterem as tendências destrutivas que ora ameaçam todos nós. precisamos de métodos e equipamentos que sejam. suficientemente barato para serem acessíveis praticamente a todos, adequados à aplicação em pequena escala, compatíveis com a necessidade humana de criatividade”(1981 28).

No contexto do novo paradigma produtivo, observa-se que O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, proposto pelo Governo Federal, constitui-se numa semente para a proposta de desenvolvimento de modos de vida rural sustentável ou apenas uma proposta de difusão e adoção de práticas agrícolas sustentáveis.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA: VIÉS DA POLARIZAÇÃO SOCIAL E DA PRESSÃO SOBRE OS RECURSOS NATURAIS.

Conforme já citado, a introdução de tecnologias novas no processo produtivo agrícola, a partir dos meados da década de 1960, fundamentada no uso intensivo de insumos químicos, de grãos melhorados geneticamente, e no uso da mecanização, passou a ser conhecida como “pacote tecnológico” ou modernização da agricultura.

A modernização, de acordo com ORR,

“ é um resultado de uma revolução tanto em valores quanto em capacidade, de modo que a manipulação da natureza para os propósitos do homem passou a ser ao mesmo tempo valorizada e possível”(1988.144).

Para esse autor, ainda,

“ o processo de modernização abrange complexas mudanças sociais, econômicas e políticas, nas quais o homem moderno desenvolveu tanto a capacidade quanto o desejo de dominar seu ambiente”(1988.144).

Para KAWAMURA(1990:9), essa modernização de bases tecnológicas, no Brasil, foi sustentada por políticas econômicas voltadas ao processo de internacionalização da economia, tendo se iniciado em meados da década de 1950. Importa lembrar que o modelo da modernização adotado pelo Brasil, na nova abordagem desenvolvimentista (1960-1980), seguiu padrões dos Estados Unidos e, segundo ALMEIDA(1997), tal modelo admitia como verdade única o desenvolvimento sócio-econômico como sendo decorrente dos avanços técnico-científicos e estes assegurariam o crescimento, em qualquer parte do mundo, independentemente das diferenças de situações, de regimes e de culturas. A partir dessa concepção, os países do Terceiro Mundo foram julgados “subdesenvolvidos”

No bojo do modelo único de modernização, enquanto processo de noções ideológicas amplas, o referido autor expõe:

“A idéia de desenvolvimento induz ao conhecimento de vias sinuosas e múltiplas da modernidade. ..

...conteúdo ideológico da modernidade na agricultura passa então a incorporar

quatro grandes elementos ou noções. (a) a noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; (b) a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; (c) a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global, e (d) o aparecimento de um novo tipo de agricultor, individualista, competitivo...”(1988:39).

As conseqüências da importação desse pacote tecnológico dos Estados Unidos para o Brasil realçaram a concentração da propriedade da terra; o processo de migração rural-urbano; o aumento das áreas desmatadas através da expansão da fronteira agrícola; a destruição dos solos em decorrência da adoção de práticas não adequadas às nossas condições climáticas e regimes de chuvas; o surgimento de pragas agrícolas; a contaminação dos corpos hídricos e dos solos, dentre outros. Neste ponto, e conforme já visto, historicamente as atividades econômicas praticadas no Brasil promoveram significativas alterações ambientais e sociais.

No contexto ideológico da modernidade da base técnica da produção, SILVA(1996), expõe que esta modernidade ocorreu de forma mais decisiva em função da ação estatal. O recurso de política econômica adotado pelo Governo foi o crédito, que se tornou a alavanca desse processo pelo montante de subsídios concedidos.

Esse apoio creditício (institucionalizado através do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR) ao grande proprietário teve sérias repercussões no campo, uma vez que provocou a valorização das terras (caráter especulativo da propriedade fundiária), e expansão da atividade agrícola, visando ao crescimento e especialização da produção, a inserção de novas tecnologias, a expropriação dos trabalhadores rurais e a intensa urbanização. Essas ações demandaram uma pressão não só sobre os recursos naturais, chegando a níveis preocupantes, inclusive da escassez, como também, sobre a diversidade e a diferenciação das formas de produção, consideradas como entraves ao desenvolvimento — práticas tradicionais. A persistência e a reprodução das formas de produção tradicionais desafiaram o desenvolvimento do capitalismo e serviram como suporte para o surgimento de modelos alternativos de desenvolvimento (rural sustentável).

A crise no modelo da modernização agrária, a forte pressão do movimento ambientalista e as novas propostas de desenvolvimento alternativo promoveram discussões no meio intelectual e político, gerando vários trabalhos. De acordo com GUZMÁN,

"...Uma boa parte da crise desta orientação teórica foi provocada pela crítica aos referenciais teóricos alternativos baseados no neomarxismo, primeiro, e nos estudos camponeses. .. depois. "(1997 26).

Assim, segundo esse autor, a proposta de PAULO FREIRE, cuja orientação teórica buscava uma Conscientização e Trabalho socialmente produtivo, teve como correlato teórico o Capital Humano Agrário e Altos Insumos de THEODOR W SCHULTZ. Nos Estudos Camponeses, a Estrutura Social Rural de SHANIN se contrapõe ao Ecodesenvolvimento de SACHS e STRONG, na Ecologia Rural das Sociedades Avançadas.

No bojo das discussões teóricas, SILVA define a modernização da agricultura como sendo:

"...processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meios de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60... O processo de modernização passou por três momentos decisivos o da constituição dos CAIs, o da Industrialização da agricultura e, o mais recente, da integração de capitais intersetoriais sob o comando do capital financeiro"(1996.30).

Para esse autor, ainda,

"... O projeto modernizante comandado pelo Estado, que ao mesmo tempo que os viabilizava não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, nos desequilíbrios do abastecimento alimentar, na concentração da renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural"

Em Sergipe, o agente da modernização também foi o Estado que, além de implementar (copiar) o projeto proposto pelo Governo Federal, criou agências de "Conscientização", assistência técnica, e postos de venda de insumos, como a

COHIDRO, a EMDAGRO, a COMASE, e executou Programas e Projetos de Desenvolvimento como o PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PRONESE- Projeto Nordeste de Sergipe, PROJETO SERTANEJO- Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento Nacional de Obras Contra as Secas, PROHIDRO - Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos, PRONASA - Programa Nacional de Saúde Animal, dentre outros.¹ Isto posto, verifica-se que a modernização agrícola no Estado manifestou-se, principalmente, nas atividades voltadas para a agroindústria canavieira, citricultura, projetos de irrigação e pecuarização. Constatou-se que, e a exemplo do que aconteceu a nível nacional, o mercado de terras no Estado foi ativado. Assim, a aquisição de terras para a reprodução ou ampliação de áreas de produção dos camponeses tornou-se mais difícil pelos altos preços alcançados. Segundo MOTA,

"As estratégias tradicionalmente desenvolvidas, não se adequavam a um novo momento e a defesa da sobrevivência fazia emergir novas formas de resistência, silenciosas, difusas, organizadas ou não, no interior do processo de produção.. Para ampliar a terra cultivada, o arrendamento era muito freqüente e tinha duplo sentido, dispor de terra mais fértil e descansar a terra usada constantemente. Outra estratégia muito exercitada era o assalariamento de membros da família em grandes propriedades, ou, esporadicamente, as pequenas propriedades.. "(1990.55).

DINIZ, analisando esse tema, observou que

"a abertura dos assentamentos rurais se torna um ponto fundamental na estratégia camponesa, pois passam a ser disponíveis novas áreas a um custo baixo ou até nulo. Mesmo quando não conseguem obter um lote na implantação do projeto, acabam tendo acesso à terra via mecanismo de compra das benfeitorias. "(1996.86).

VARGAS, analisando o processo de expansão do capitalismo no Sertão Sergipano do São Francisco, marcado pela pecuarização e execução de projetos de irrigação promovidos pelo Estado, constata que:

"No processo de modernização do semi-árido sob a produção agrícola capitalista, os agentes locais colocam-se frente a um contingente de pequenos

¹ Importa lembrar que, não é pretensão deste trabalho analisar a implementação e a efetividade dos Programas e Projetos elencados. As conclusões aqui expostas são generalizadas.

produtores descapitalizados e um número cada vez maior de assalariados" (1988:161).

As transformações sociais impostas pela modernização (pecuarização) no Estado também foram lembradas por VILAR, que expõe:

"A manifestação concreta do capitalismo na agricultura sergipana pela intensificação da atividade pecuária, redefine o espaço agrário, onde dominavam moradores, parceiros e ocupantes. há um aumento do número de membros não remunerados da família — os representantes do setor camponês, que quando não migram, vêem-se obrigados a transformarem-se em assalariados temporários, muitas vezes trabalhando para o pecuarista. " (1995:21).

Ainda com relação à modernização via pecuarização, SILVA (1995:20) diz:

"Os incentivos governamentais, que no discurso oficial, eram destinados aos pequenos produtores, terminam sempre beneficiando médios e grandes proprietários e, sobretudo, a pecuária melhorada" (grifo do autor).

Em relação à característica da especialização da produção, exigido pelo modelo, Sergipe adotou a citricultura como carro-chefe do processo, que hoje predomina na região centro-sul do Estado. A citricultura, segundo DINIZ, "deu-se a partir do pequeno camponês e só depois foi assumida pelos médios e grandes produtores." O referido autor cita, ainda, que:

" A modernização penetra no sistema camponês como um pacote tecnológico, no qual se insere o trator, os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes selecionadas e até a irrigação.... Assim não é de estranhar que os mais elevados índices de modernização sejam encontrados em projetos governamentais como o California e o Jacarecica" (1996:142).

No contexto do processo da modernização da agricultura sergipana verifica-se que as ações do Estado de Sergipe estavam vinculadas ao sistema de crédito, e por esta razão foram mais destinadas aos médios e grandes proprietários, com exceção dos projetos de irrigação que foram voltados para os pequenos produtores. Considerando que já transcorreram quase trinta anos, os dados do Censo agropecuário 1995/1996 demonstram que tal qual ocorreu nas demais regiões do país, o crédito concedido aos produtores rurais para promover o desenvolvimento da região não

atingiu os objetivos propostos.

Verifica-se que, mesmo sendo ainda pouco significativo o processo da modernização em Sergipe, as transformações ocorridas na economia, nas relações de produção, nas relações sociais e, ainda, no comprometimento ambiental dessa prática, foram bastante sentidas não só por aqueles que foram sujeitados à ação como também por aqueles que estavam situados no entorno. Não se pode negar a presença de povoações rurais, vítimas da modernização, como Cova da Onça, em Moita Bonita, Lagoa Redonda, em Porto da Folha e Sítios Novos em Poço Redondo. Nos dois primeiros, os camponeses pesquisados queixaram-se do deslocamento que têm que realizar em busca de terra de trabalho, consequência da cultura da cana - de - açúcar e da pecuária, respectivamente.

CAMPONESES TRADICIONAIS SERGIPANOS : A (IN)SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA.

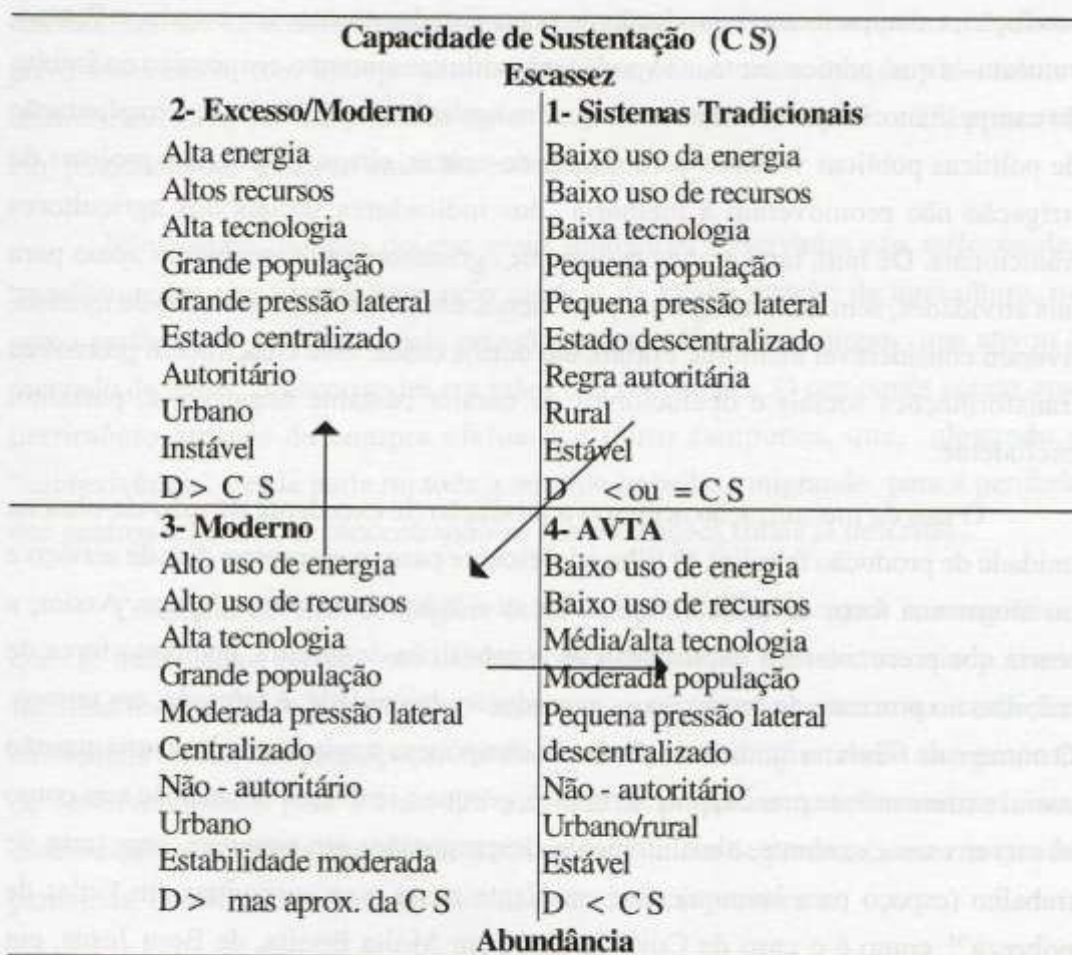
Como já demonstrado, o conceito de desenvolvimento inclui a evolução histórica da humanidade na qual o homem é enfatizado como agente de transformação, o que, na concepção da sustentabilidade, deve “atender as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”, conforme preconiza o Relatório Brundtland. Assim, no âmbito da atividade agrícola, a sustentabilidade diz respeito à capacidade de produzir alimentos e outros produtos, em quantidade e qualidade para suprir as necessidades de cada sociedade, sem comprometer a integridade e capacidade suporte do ambiente e permitindo ao agricultor boas condições de vida.

No intuito de facilitar a compreensão da perspectiva de inserção dos camponeses tradicionais sergipanos no modelo sustentável, transcreve-se a figura proposta por ORR, que trata de tipos de sistemas sócio-econômicos, resultantes da interação das variáveis crescimento e capacidade de sustentação do meio (Figura 04). No eixo horizontal estão distribuídas as ações orientadas para o crescimento, variando entre os mais modernos e os mais tradicionais, e, no eixo vertical está a capacidade de sustentação do ambiente, variando entre a escassez e a abundância.

O primeiro quadrante representa o sistema tradicional caracterizado por baixo padrão tecnológico, população reduzida, pequena pressão sobre os recursos naturais; o quadrante número três demonstra as características de sistemas modernos onde se evidencia elevado consumo de energia, inclusive auxiliar; alto padrão tecnológico para atender a um grande concentração populacional, exercendo forte pressão sobre os recursos naturais. Importa lembrar que a figura indica o fluxo dos sistemas tradicionais, aqueles de valores sólidos, para os sistemas orientados para o crescimento e para o emprego de tecnologias, progressivamente mais elevadas. Essa passagem, ou fluxo, segundo o autor, representa uma fase de transição entre o tradicional e o moderno, além de ser também o caminho para se atingir um sistema ambientalmente viável. Assim, o quadrante de número quatro representa sistemas sustentáveis,

caracterizados, pelo autor como sendo ambientalmente viável, admitindo-se o emprego de tecnologia avançada. Esta figura evidencia uma seqüência lógica para a transformação dos sistemas tradicionais em sistemas sustentáveis, uma vez que não se pode pensar, acreditar, ou ainda, criar expectativas de que sistemas tradicionais são sistemas sustentáveis. Essa atitude em defesa do tradicional como sustentável não reflete a necessidade de mudança do novo paradigma produtivo requerido global, regional e localmente, além do que não atenderia ao princípio da sustentabilidade.

Figura 04
Tipos de sistemas



Fonte: ORR, D.W 1988, p. 143

A preocupação com a sustentabilidade não se refere única e exclusivamente à questão ambiental. Conforme já visto, qualquer proposta de desenvolvimento deve, necessariamente, prever a distribuição dos benefícios advindos do crescimento econômico, por toda a população. Em outras palavras, deverá promover, continuamente, a melhoria dos indicadores sociais, econômicos e ambientais.

Neste contexto, quando se analisam as práticas dos camponeses sergipanos, verifica-se que, operacionalmente, estas não atendem as metas estabelecidas, nem atendem aos conceitos de capacidade, equidade e sustentabilidade, requisitos básicos às novas propostas alternativas para a atividade agrícola. Assim, quando se avalia a produção das lavouras tradicionais (milho, feijão e mandioca), típicas da pequena produção, e compara com a produção de outro Estado, no caso em estudo, o Paraná, constata-se que, praticamente, não pode ter havido crescimento econômico no âmbito do campesinato. O que se constata no quadro agrícola sergipano é que a implantação de políticas públicas voltadas para a cana-de-açúcar, citros, pecuária, e projetos de irrigação não promoveram a melhoria dos indicadores sociais dos agricultores tradicionais. De fato, uma grande maioria de agricultores que receberam apoio para tais atividades, sem dúvida alguma, pelo menos em termos de condições de morada, tiveram considerável melhoria. Porém, em outros casos, esse crescimento promoveu transformações sociais e operacionais de caráter bastante negativo, e, portanto, excludente.

O uso da mecanização acelerou a produção de excedente de mão-de-obra na unidade de produção familiar. O filho adolescente passa a emprestar dias de serviço e ou alugar sua força de trabalho em outra atividade ou em outro espaço. Assim, a teoria que preconizava a importância da composição da família, enquanto força de trabalho no processo de produção — reprodução da unidade, é refutada, em termos. O número de filhos na unidade de produção camponesa sergipana, hoje, é uma questão social extremamente preocupante. Primeiro, porque a realidade urbana não tem como absorver esse excedente, absolutamente despreparado; em segundo, sem terra de trabalho (espaço para lavoura) esse excedente passa a se concentrar em “vilas de pobreza”¹ como é o caso da Cova da Onça em Moita Bonita, de Bom Jesus, em Laranjeiras, e outros tantos povoamentos rurais em áreas de servidão das Rodovias Estaduais e Municipais e, ainda, famílias numerosas podem por em crise a reprodução

— persistência do campesinato, pela fragmentação da terra, principalmente no agreste (áreas 2 e 3), onde foram encontrados os menores estabelecimentos e as famílias mais numerosas.

Nesse ponto, importa lembrar que a persistência de qualquer população na natureza depende de um conjunto de forças reguladoras. Normalmente, esse conjunto envolve, basicamente, espaço e alimento como as principais forças. No caso dos camponeses tradicionais verificamos que, embora estas forças reguladoras operando, a criatividade e a flexibilidade daqueles têm assegurado sua reprodução. Cabe lembrar que a criatividade e a flexibilidade, normalmente, surgem num momento de conflito ou de dificuldade. Elas não são trabalhadas nem planejadas. Verifica-se que o tradicionalismo ainda fechado, em termos, é mais comum em áreas onde os chefes das famílias são idosos. Entretanto, essa reprodução, embora alicerçada em valores pré-estabelecidos, tem incorporado, continuamente, ao seu modo de vida valores urbanos, inclusive, por influência de meios de comunicação como rádio e TV, presentes em, praticamente, todas as unidades pesquisadas.

Não restam dúvidas de que essas mudanças observadas são reflexos das transformações sociais impostas pelo modelo da modernização da agricultura, ou como preferem os marxistas, pela pressão do capitalismo no campo, que ativou o mercado de terras, concentradas em mãos dos capitalistas. O camponês acessa esse patrimônio através da compra efetuada a outro camponês, que, alegando a “sobrevivência” vende parte ou toda a terra de trabalho, migrando para a periferia dos centros urbanos ou concentrando-se nas povoações rurais já descritas.

Do ponto de vista ecológico, esses camponeses apresentam características que, se trabalhadas, podem ser usadas como suporte ao modelo, ou, ainda, como facilitadoras de sua compreensão, uma vez que, por conhecerem as condições ambientais locais, sua participação na discussão das tecnologias ideais e na proposta de desenvolvimento para a área, faz com que as propostas e ações tenham uma distribuição mais ampla, atendendo a um maior número de pessoas, uma vez que foi planejada, também, com base na mentalidade dos camponeses.

¹ Pobreza aqui é entendida como sendo o resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens, conforme definiu DEMO (1994). O ser pobre ‘não é apenas não ter, mas ser coibido de ter’

Em relação à sustentabilidade das práticas dos camponeses sergipanos, verifica-se que não há orientação nem conhecimento da real necessidade de se garantir a integridade do meio como forma de assegurar a reprodução do grupo familiar. No caso dos camponeses pesquisados, a própria natureza se transforma em objeto (mercadoria) no momento de preparar a terra de trabalho. A ação do desmatamento, das queimadas, expondo os solos aos processos dinâmicos do meio físico, como erosões e assoreamentos e, ainda, a contaminação dos solos e corpos d'água pelo uso inadequado de agrotóxicos e fertilizantes/adubos não são percebidas pelos camponeses como atitudes comprometedoras da integridade do meio. Na verdade, as duas primeiras são praticadas a partir da consciência das gerações de agricultores antecessores, que idealizavam o roçado a partir da abertura de novas áreas e o enriquecimento dos solos a partir das queimadas.

O desmatamento e as queimadas são as ações mais degradadoras do ambiente natural e as que causam maior impacto visual, pela destruição das paisagens.

Em face dos diferentes níveis ou da diferenciação das práticas agrícolas tradicionais ou em transição, algumas técnicas adotadas pelos camponeses sergipanos podem ser caracterizadas como estilos sustentáveis, como a definição de culturas a partir das condições do meio (a capacidade suporte do meio, nesse caso, estaria sendo respeitada). Observou-se, também, que esses camponeses percebem e reconhecem o cansaço da terra. A terra em descanso se constitui na capoeira, área de regeneração da cobertura vegetal natural, iniciando-se com a vegetação pioneira. Esta prática permite tanto a reconstituição da microfauna do solo, consequência da reincorporação de seus nutrientes, como também, da macrofauna, principalmente, de répteis, aves e pequenos mamíferos. Cabe lembrar que o descanso da terra é permitido após o terceiro ano de cultivos, e depende da disponibilidade da terra de trabalho. A pesquisa de campo mostrou ser essa prática mais comum nas áreas 4 (Carira); 5 (Simão Dias e Poço Verde) e área 7 (Canindé de São Francisco, Poço Redondo e Porto da Folha).

Em relação às práticas sustentáveis, ainda, verifica-se que a conservação de espécies, embora na percepção do agricultor tenha significado apenas econômico e de bem-estar, pelo sombreamento, do ponto de vista ecológico essa prática pode auxiliar na manutenção da qualidade dos solos, e conseqüentemente, do ambiente.

Vale ressaltar, ainda, que a percepção dos camponeses em relação ao uso do trator e do arado não é de uma ação degradadora. Ela é vista muito mais como um instrumento que reduz a jornada de trabalho pelo uso de um menor número de pessoas na tarefa do preparo da terra. De um modo geral, percebe-se que no trato com as novas técnicas o agricultor apenas repete a ação sem se preocupar com o saber fazer e com suas consequências. Nesse ponto, se faz importante chamar à atenção para a realidade constatada nesta pesquisa, quanto à incorporação de técnicas modernas, como o uso de fertilizantes. O uso não adequado da fertilização química e de forma inadequada acidifica o solo, não corrigindo sua deficiência em termos de nutrientes, e pela intensificação de uso e ocupação, acelera o processo de desgaste, tornando-o infértil. A adoção dessa prática sem a devida orientação técnica e monitoramento da qualidade destes solos poderá, a curto prazo, torná-los improdutivos. A prática percebida hoje não realimenta o solo e, sim, a planta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com fundamento, ainda, na concepção da sustentabilidade do estilo de desenvolvimento, verifica-se que não é apenas o padrão produtivo o norteador de modos de vida sustentáveis. É, de fato, a partir dele que se pode assegurar o atendimento às necessidades básicas do grupo familiar e da sociedade. Entretanto, acreditamos que a qualidade de vida desses grupos é definida muito mais pela questão cultural do que pela econômica. E, infelizmente, essa realidade não se aplica exclusivamente aos atores/autores sociais aqui trabalhados. Conforme já descrito, é constatada a preocupação dos camponeses na produção doméstica ou seja, na aquisição de televisores, conjunto de estofados, rádios, geladeira, e outros. No entanto, não se observa a mesma preocupação com as questões relativas ao fornecimento dos serviços de saneamento básico, como a qualidade da água de abastecimento, a construção de sanitários, ou a destinação dos resíduos sólidos domésticos gerados nos povoados, ou ainda, com o atendimento à saúde, ou com o alto grau de analfabetismo, não só dos adultos como dos adolescentes e crianças. A produção doméstica não se estabelece, unicamente, na preocupação com o bem-estar do grupo, e sim, pela simbologia do poder, que aqueles bens representam para seus donos na comunidade. Em outras palavras, os indicadores de desenvolvimento humano, como condições de saúde, alimentação e nutrição e, ainda, a educação não acenam para um entendimento sustentável e não são preocupações formalizadas para os agricultores familiares pesquisados.

No contexto de modos de vidas sustentáveis, propõe-se ou espera-se que o indivíduo atinja a realização pessoal, viva dignamente, tenha qualidade de vida, integração social, reduza os desperdícios etc. Entretanto, como despertar essa política participativa nesses agricultores? Como superar os desníveis sociais atuais? O que se constata no quadro do campesinato sergipano, tradicional e ou em transição, é que sua prática não pode ser avaliada como sendo ecologicamente correta e como já é bastante discutida, também não é viável economicamente. Porém, é adaptável às transformações não só de tecnologias novas como de valores sociais e culturais. Verificamos que o filho, a filha ou o parente que migrou, em alguma época, e retornou não agregou nenhum valor ao modo de produção. Contudo, em relação aos hábitos urbanos experienciados, estes foram introduzidos na produção doméstica e na cultura do lugar.

Cabe insistir, ainda, que a sustentabilidade de quaisquer práticas requer o desenvolvimento tecnológico voltado para o atendimento às necessidades e realidades das populações e dos recursos naturais disponíveis. Tais tecnologias deverão ser desenvolvidas a partir do reconhecimento das diversidades locais e regionais e o processo decisório deverá integrar populações e minorias até então marginalizados. A participação da população se fundamenta no princípio de que os sistemas agrícolas não são estáticos. Eles apresentam um dinamismo contínuo, resultante das transformações ocorridas a partir do acúmulo de experiências, oportunidades e aspirações vivenciadas pela população na percepção das relações sociedade/natureza e urbano/rural, considerando as fases da apropriação da natureza, variando da abundância à escassez,

Vale ressaltar que o uso de tecnologias aqui não se refere à transferência de tecnologia e sim ao desenvolvimento de novas tecnologias acessíveis a um maior número de pessoas e voltadas para as realidades sociais, econômicas e ambientais, locais e regionais. O desenvolvimento de novas tecnologias pressupõe o incremento da produtividade, que deverá acontecer nas áreas já cultivadas e jamais naquelas conservadas, preservadas ou em recuperação.

A sustentabilidade pressupõe, ainda, a recuperação do ambiente, como forma de garantir não só a capacidade suporte do meio como de suas práticas.

Assim sendo, a implantação de projetos de irrigação em áreas semi-áridas e áridas, de escassez hídrica, talvez não seja o caminho para se promover o desenvolvimento local, nem regional, por continuar sendo uma proposta seletiva, excludente e concentradora. Os camponeses sertanejos não têm capital para assegurar sua permanência no lote. A prática assistencialista e filantrópica gerada para corrigir tal fato não pode ser caracterizada como promotora do desenvolvimento, enquanto processo coletivo de transformação.

Portanto, verifica-se que a sustentabilidade de qualquer modelo no meio rural sergipano, hoje, depende fundamentalmente da ação do Estado. Essa afirmativa é respaldada na necessidade de acesso à educação, à terra, ao capital, à assistência técnica, ao fornecimento dos serviços essenciais não só àqueles excluídos como aos

demais, de forma a garantir os princípios de equidade social e da dignidade da pessoa humana, requeridos não só para modos de vida sustentáveis como para atender aos preceitos constitucionais da República Federativa do Brasil, que estabeleceu como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, justa e solidária e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. da G. S. de Nordeste Açucareiro desafios num processo do vir - a - ser capitalista. Aracaju. UFS/SEPLAN/ BANESE 1993
- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. IN Reconstruindo a Agricultura. idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1997, 33-55.
- BICALHO, A.M. de. Desenvolvimento rural Sustentável e Geografia Agrária. Anais do XIII Encontro Nacional de geografia Agrária, 177-179
- CARAVANTES, GR. Tecnologia apropriada para o desenvolvimento de recursos humanos uma nova abordagem. CAIDEN (org) IN Reconsideração do conceito de Desenvolvimento. Caxias do Sul, RS.EDUSC, 1988, 509-523
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991
- DALY, H.E. Crescimento sustentável: um teorema da impossibilidade. Trad. MAGLIO, I, C. E CORRÊA, C.C.M. IN Avaliação de Impactos, Rio de Janeiro: Seção Brasileira da IAIA, vol 1, no.1, 1994, 41-46.
- DINIZ, D. M. de F.L. A propriedade da Terra e a questão Agrária. DINIZ, D.M. (Coord). Textos para a História de Sergipe. Aracaju. Universidade Federal de Sergipe/ BANESE, p. 167-202, 1991.
- DINIZ, J. A. F. A Condição camponesa em Sergipe: desigualdade e persistência da agricultura familiar. Aracaju. NPGeo/UFS, 1996. 221p.
- _____. Geografia da Agricultura, São Paulo DIFEL, 1984, 278p.
- EHLERS, E. S. A agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo, Livros da Terra, 1996.

- ESPINOSA, H.R.M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. São Paulo: Revista CETESB de Tecnologia Ambiental vol. 7,no. 1, 1993, 40-44.
- GOODLAND, R. Environmental sustainability and the power sector the concept of sustainability. Impact Assessment. International Association for Impact Assessment. Vol.12,no.3,Fall 1994.275-304.
- GUZMAN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. IN: Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Rio Grande do Sul Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997,19-32
- IBGE, Censo Agropecuário de Sergipe - 1995/1996. Rio de Janeiro, IBGE1997
- IBGE, Censo Agropecuário do Paraná, 1995/1996. Rio de Janeiro, IBGE1997
- KAWAMURA, L. Novas tecnologias e educação. São Paulo: Série Princípios. Editora Ática, 80p.
- KHAN, M.M. Desenvolvimento: significado, estratégias e metas. CAIDEN (org) IN Reconsideração do conceito de Desenvolvimento. Caxias do Sul, RS.EDUSC, 1988, 37-44.
- MOTA, D. M. da Os camponeses e a busca da autonomia possível: estratégia de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe. Campina Grande, Universidade Federal da Paraíba,1990 Dissertação de Mestrado, 110p.
- NAISBITT, J Paradoxo Global. Rio de Janeiro, Editora. Campus, 1994.
- ORR, D. W Modernização e Conflito as implicações de segunda imagem da escassez. CAIDEN (ORG): Reconsiderando o conceito de Desenvolvimento. Caxias do Sul - RS EDUCS, 1988, 139-162.
- SADLER, B Desenvolvimento sustentável. uma estrutura da análise. Trad. MOREIRA, I. V D. IN Impactos Ambientais, Seção Brasileira da IAIA, vol 1,no.1 1994: 25-40.
- SACHS, I. Estratégias de Transição para o século XXI. desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo,Trad. LOPES,M. Studio Nobel/ Fundap, 1993,103p.
- SCHUMACHER, E. F O negócio é ser pequeno.(small is beautiful) Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1981, 261p.

SILVA, J. G. da A nova dinâmica da agricultura Brasileira. Campinas, SP UNICAMP INSTITUTO DE ECONOMIA. 1996, 217p.

SILVA, R. M. da. Assentamentos de pequenos produtores rurais em Sergipe. Aracaju: Secretaria de Estado da Agricultura do Abastecimento e da Irrigação, 1995, 66p.

VARGAS, M. A. M. A Natureza sertaneja das políticas de desenvolvimento - sertão sergipano do São Francisco. Aracaju, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe/NPGEO.

VILAR, J. W. C. O papel da pecuarização no processo de Produção do espaço Agrário sergipano. Apud SILVA, R.M. Assentamento de pequenos produtores rurais em Sergipe. 1995 66p.

ABSTRACT

This paper points out the analyze the insertion of Sergipe State traditional agriculture in the model two-fold. First, the traditional agriculture is a economic, social and environment unsustainability model. In addition, the traditional crop pratical has had studied as corret alternative crop environmental and socioeconomic. It concludes that the sustainability of the model are hard due to the strategic and economical issues associated to it.